

AFRICAN UNION

الاتحاد الأفريقي



UNION AFRICAINE

UNIÃO AFRICANA

Addis Ababa, ETHIOPIA

P. O. Box 3243

Telephone: 517 700

Fax: 5130 36

website: [www. www.au.int](http://www.au.int)


TI13595

CONSELHO EXECUTIVO
Vigésima-sexta Sessão Ordinária
23 – 27 de Janeiro de 2015
Adis Abeba, ETIÓPIA

EX.CL/877(XXVI)
Original: Inglês

**RELATÓRIO DA 1ª SESSÃO EXTRAORDINÁRIA DA CONFERÊNCIA
DOS MINISTROS RESPONSÁVEIS PELO DESENVOLVIMENTO DOS
RECURSOS MINERAIS
ZÂMBIA/ ZIMBABWE, 25 – 26 DE NOVEMBRO DE 2014,**

TI13595

AFRICAN UNION		UNION AFRICAINE
الاتحاد الأفريقي		UNIÃO AFRICANA

**1ª Sessão Extraordinária da
3ª Conferência dos Ministros Africanos Responsáveis
pelo Desenvolvimento dos Recursos Minerais
em Victoria Falls, na República da Zimbábue e,
em Livingstone, na República da Zâmbia,
de 25 – 26 de Novembro de 2014,**

**AU/TD/CAMOT-9/DA.SO
Original: Inglês**

Relatório Final dos Ministros

Introdução

1. A 1ª Sessão Extraordinária da 3ª Conferência dos Ministros Africanos Responsáveis pelo Desenvolvimento dos Recursos Minerais (CAMRMRD) foi realizada a nível dos Ministros, de 25 a 26 de Novembro de 2014, em Victoria Falls, República do Zimbabwe, e em Livingstone, República da Zâmbia. A Conferência foi co-organizada pela Zâmbia e pelo Zimbabwe e presidida por S.E. o Sr. Victor Borges, Ministro das Pescas da República de Moçambique. O principal objectivo da reunião era analisar as recomendações da 1ª Reunião da Mesa da 3ª CAMRMRD que teve lugar em Luanda, Angola, de 11 – 13 de Agosto de 2014, no que diz respeito à institucionalização e à sustentabilidade do Centro Africano de Desenvolvimento Mineiro (CADM).

Participação

2. A reunião contou com a participação dos seguintes Estados-membros: Angola, Argélia, África do Sul, Chade, Eritreia, Etiópia, Gana, Quênia, Lesoto, Mali, Moçambique, Ruanda, Sudão, Swazilândia, Zâmbia e Zimbabwe. Participaram igualmente as Comunidades Económicas Regionais, as organizações parceiras, os Estados não africanos e as seguintes ONG: COMESA, CEDEAO, IGAD, CEA, CADM/UNECA, PNUD, Governo Canadiano, Third World Network Africa (TWN), delegação da UE, Câmara de Exploração Mineira do Zimbabwe. A lista completa dos participantes consta do Anexo I.

PROCEDIMENTOS

Abertura da Reunião

Discurso de abertura proferido pelo Ministro de Estado para os Assuntos Provinciais, Zâmbia

3. No seu discurso de abertura, o Sr. Cain Mathema, Ministro de Estado para os Assuntos Provinciais da Zâmbia, desejou as boas-vindas a todas as delegações pelo tempo dispensado para participar e reflectir sobre as questões relacionadas com o sector mineiro em África. O Ministro de Estado manifestou confiança em que a troca de opiniões ajudará em grande medida no desenvolvimento do sector mineiro. Acrescentou ainda que, embora o continente em si não desconheça a quantidade de minerais que tem, esta informação é melhor conhecida por outros continentes.

4. O Ministro de Estado apelou à Conferência a colocar ênfase na forma como o sector mineiro pode ajudar a combater a pobreza, ajudando as comunidades na industrialização do continente e na criação de valor acrescentado, na promoção do emprego e no desenvolvimento dos sectores agrícolas e manufactureiro. Também encorajou os países a formarem os seus próprios cientistas e pesquisadores e desejou aos participantes bons resultados nas deliberações.

Discurso proferido pelo Ministro das Minas, Zimbabwe

5. No seu discurso, S.E. o Sr. W.K. Chidakwa, Ministro das Minas do Zimbabwe, manifestou a grande honra atribuída ao Zimbabwe por co-organizar a 1ª Sessão Extraordinária da CAMRMRD, permitindo assim que os africanos definam o rumo para o continente no que diz respeito aos seus abundantes recursos minerais tão cobiçados. O Ministro das Minas do Zimbabwe recordou o paradoxo da pobreza no

meio da abundância de recursos e saudou a adopção da VMA em 2009, como um compromisso para colocar África na rota da industrialização. Lamentou a falta de valor acrescentado e da beneficiação do mineiro que mantém África dependente da exportação de matéria-prima a baixo custo e da importação de produtos refinados caros, como um dos principais obstáculos para a transformação social e económica das economias africanas e para a baixa criação de emprego e a melhoria da qualidade de vida das populações.

6. O Sr. Chikandwa convidou os países africanos a reforçar a cooperação e integração regionais, bem como as sinergias inter-regionais, a fim de melhorar a competitividade do continente, através do alinhamento inter-regional das leis e dos regimes fiscais, bem como um quadro institucional sólido, entre outros. Recordou aos participantes na reunião do principal papel de coordenação do CADM. A este respeito, o Ministro das Minas do Zimbabwe apelou a todos os países africanos a congregar esforços em torno da VMA e do CADM. Sublinhou a necessidade de uma mudança de paradigma para assinalar as provas do impacto dos recursos de África.

Discurso da representante do Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD)

7. A Sra. Viola Morgan, representante do PNUD na Zâmbia, recordou que África possui muitos recursos, que vão desde minerais ao petróleo e gás, muitos deles em quantidade de classe mundial, que servem de oportunidade para o crescimento económico partilhado, o desenvolvimento industrial, a criação de emprego, bem como a redução da pobreza e dos níveis de desigualdade. Recordou aos participantes na reunião que a agenda de desenvolvimento sustentável que propõe 17 objectivos de desenvolvimento sustentável até 2013, e a substituição dos ODM, constitui uma oportunidade para a promoção de actividades de sensibilização de forma coordenada e assente em provas concretas sobre a forma como a indústria extractiva pode contribuir na transformação das economias para um crescimento inclusivo que inclui a autonomização da mulher, a criação de emprego e a promoção da industrialização.

8. A Sra. Morgan informou aos participantes na reunião que o PNUD apoia activamente a operacionalização da Visão Mineira Africana, através de programas e iniciativas sobre as indústrias extractivas que permitirão aos governos desenvolver estratégias e políticas coerentes nas indústrias extractivas para a transformação estrutural. A representante do PNUD ressaltou que o PNUD tem a oportunidade de trabalhar a nível dos países e, como tal, está bem posicionado em apoiar a integração da VMA, através da execução de projectos e programas nacionais alinhados com a VMA e o seu Plano de Acção.

Discurso da Comissão Económica das Nações Unidas para África (CEA)

9. Em nome do Dr. Carlos Lopes, a Subsecretária-geral das Nações Unidas e Secretária Executiva da CEA, a Dra. Fatima Denton, Directora da Divisão de Iniciativas Especiais da CEA agradeceu os Governos e os povos da República do Zimbabwe e da Zâmbia por não se pouparem em esforços para organizar esta importante Conferência. Destacou os principais elementos da Visão Mineira Africana e enunciou claramente as várias maneiras pelas quais os objectivos ambiciosos da VMA podem conduzir à prosperidade da população. Ressaltou que a VMA estabelece as bases que permitem aos países africanos exigir mais dos seus

recursos minerais e que a subida nos preços das matérias-primas oferece novas esperanças para os dirigentes e os cidadãos africanos, a fim de estabelecer um novo leque de acordos para assegurar que as negociações contratuais sejam proporcionais ao valor da riqueza mineral e que os benefícios se destinem eficazmente às comunidades locais que vivem à margem do desenvolvimento.

10. Ao concluir, a Dra. Denton reafirmou a decisão e determinação da CEA de acompanhar a África no seu percurso para a prosperidade partilhada e a transformação estrutural. Enfatizou igualmente o forte apoio técnico e contínuo da CEA, visando elevar o CADM à Centro de Excelência de classe mundial.

Discurso proferido pela Comissária da Comissão da União Africana para o Comércio e Indústria

11. A Comissária, S.E. a Sra. Fatima Haram Acyl, em nome da Presidente da Comissão da União Africana, a Dra. NKOSAZANA DLAMINI-ZUMA, exprimiu a sua gratidão aos Governos da Zâmbia e do Zimbabwe por organizarem conjuntamente esta Conferência com sucesso. Além disso, agradeceu a outros Estados-membros, às CER e aos parceiros pela dedicação e o esforço de colaboração.

12. S.E. a Sra. Acyl sublinhou que África necessita de uma mudança de paradigma em consonância com a Agenda 2063 da UA e os Objectivos de Desenvolvimento Sustentável da Agenda pós-2015, com vista a beneficiar dos seus vastos recursos naturais. Enfatizou que a capacitação da comunidade local, através da beneficiação e da utilização de conteúdo local é crucial. Lembrou aos participantes na reunião que a adopção da VMA constitui um grande passo em frente, mas que a sua execução a nível nacional e regional devia ser dada uma prioridade absoluta. A Sra. Acyl também destacou que a melhoria da gestão dos recursos minerais irá desempenhar um papel fundamental no apoio ao compromisso da CUA de Fazer Calar as Armas até 2020.

13. A Comissária recordou os progressos realizados no projecto de Estatuto do CADM e reconheceu que trabalhos suplementares são necessários em relação aos Centros de Excelência Africanos e aos mecanismos de financiamento para o Centro.

Discurso proferido pelo Presidente da CAMRMRD

14. No seu discurso de abertura, o Presidente da CAMRMRD, S.E. o Sr. Victor Borges, Ministro das Pescas da República de Moçambique, agradeceu os Governos da Zâmbia e do Zimbabwe por terem organizado conjuntamente a 1ª Sessão Extraordinária da 3ª CAMRMRD, bem como pelas excelentes instalações fornecidas. Lembrou que para assegurar a apropriação do CADM, a 3ª CAMRMRD realizada em Maputo solicitou à CUA no sentido de desenvolver um quadro institucional e de sustentabilidade para o CADM. Lembrou aos participantes que a 1ª reunião da Mesa realizada em Luanda, Angola, recomendou o estabelecimento do CADM como agência especializada da União Africana, com um grau de flexibilidade e de autonomia, e solicitou a elaboração de um projecto de Estatuto de acordo com esta opção.

15. O Sr. Borges afirmou que para assegurar o sucesso de África, é necessário dar resposta às principais exigências que são a promoção do investimento, a criação de emprego, o aumento de receitas públicas, a promoção do desenvolvimento da tecnologia, a beneficiação e a construção de infra-estrutura, a

boa governação e a estabilidade macroeconómica. Sublinhou a necessidade de continuar a proteger os direitos das comunidades locais. Informou aos participantes na reunião que o Governo de Moçambique comprometeu-se, em consonância com a VMA, a gerir seus recursos naturais de forma transparente através da reforma da legislação tributária, entre outros, e que aderiu à EITI desde 2012.

16. Em conclusão, mostrou-se confiante de que as discussões venham a produzir bons resultados e a satisfazer as expectativas. Em seguida declarou solenemente a reunião aberta.

Adopção da Agenda e do Programa de Trabalho

17. A agenda e o Programa de Trabalho foram adoptados sem alteração.

Análise do Relatório dos Altos Funcionários

18. O Relator apresentou o relatório dos Altos Funcionários.

19. Relativamente a este ponto, uma breve apresentação sobre a Iniciativa Africana de Serviços Geológicos (AMGI), também designada “A Billion Dollar Map” (Mapa de Um Bilião de Dólares) foi feita por um representante da Comissão para explicar o contexto e os aspectos de base sobre a AMGI. Em seguida, apresentou as Recomendações da Reunião Consultiva sobre a AMGI.

20. A Comissão recordou igualmente as três opções apresentadas na 1ª reunião da Mesa sobre a institucionalização do CADM como uma estrutura permanente dos Estados-membros da UA. O conceito sobre as instituições da UA e uma matriz que descreve os três cenários diferentes também foram partilhados na reunião. As três opções apresentadas foram as seguintes:

Opção 1. Instituição Especializada da Comissão da União Africana:

21. Os participantes na reunião foram informados de que se trata de uma instituição ou programa estabelecido sob a responsabilidade de um Departamento da Comissão da União Africana para assumir responsabilidades específicas relacionadas com o mandato de um Departamento de acordo com as regras e regulamentos da Comissão da União Africana. As instituições especializadas da União Africana são:

- i. O Gabinete Inter-africano para os Recursos Animais (IBAR);
- ii. O Centro Pan-africano de Vacinas Veterinárias (PANVAC);
- iii. O Comité Consultivo de Pesquisa e Desenvolvimento de Cereais em Zonas Semiáridas (SAFGRAD);
- iv. O Instituto Pan-africano de Educação para o Desenvolvimento (IPED) (transformado em “Watchdog in Africa”);
- v. O Projecto Integrado do FOUTA DJALLON;
- vi. O Instituto Africano de Reabilitação (IAR)
- vii. A Nova Parceria para o Desenvolvimento de África (NEPAD);
- viii. O Conselho Fitossanitário Inter-africano (IAPC)
- ix. A Campanha Pan-africana de Erradicação da Mosca Tsé-tsé e da Tripanossomíase (PATTEC)
- x. O Centro Internacional para a Educação das Raparigas e Mulheres em África (CIEFFA)

Opção 2. Agência Especializada da União Africana

22. Os participantes na reunião foram informados de que se trata de um organismo independente instituído pelos Estados-membros da União fora das regras e regulamentos administrativos e orçamentais, bem como do controlo da União Africana ou da Comissão, com vista a executar uma função específica ou especializada, porém relacionada, ao mandato da União Africana. Uma agência especializada da União Africana não necessariamente criada pela União Africana, mas deve ser incorporada ou afiliada ou vinculada por via de decisão da Conferência da UA no sistema da União Africana. A mesma está ligada a um departamento ou um órgão da Comissão para executar um mandato específico. Seguem-se exemplos das actuais agências especializadas da União Africana.

- i. A União Pan-africana de Telecomunicações (UPAT)
- ii. A União Postal Pan-africana (PAPU)
- iii. A União dos Caminhos de Ferro (UAR)
- iv. A Comissão Africana de Aviação Civil (CAFAC)
- v. O Conselho Superior para o Desporto em África
- vi. A Capacidade Africana de Gestão de Riscos das Catástrofes Naturais (ARC)
- vii. O Conselho Africano de Contabilidade

Opção 3. Órgão da União Africana:

23. Trata-se de um organismo autónomo criado especialmente pela Conferência da União Africana, em conformidade com o Artigo 5º (2) do Acto Constitutivo para executar um mandato específico. Seguem-se exemplos dos órgãos da UA:

- i. A Comissão da União Africana (CUA);
- ii. O Parlamento Pan-africano (PAP);
- iii. O Tribunal Africano dos Direitos Humanos e dos Povos (AfCHPR);
- iv. A Comissão Africana dos Direitos Humanos e dos Povos (CADHP);
- v. A Comissão da União Africana sobre o Direito Internacional; e
- vi. O Conselho Consultivo Contra a Corrupção

24. No decurso dos debates e aquando da análise do Relatório dos Altos Funcionários, os Ministros formularam as seguintes observações:

Sobre a AMGI:

- Os países-piloto seleccionados pelo Banco Mundial não estão em conformidade com o princípio da representação regional e diversidade linguística aplicado na UA;
- Foi levantada a preocupação em relação à apropriação e à acessibilidade dos dados pelos Estados-membros;

Sobre os Centros de Excelência:

- É necessário evitar a duplicação entre o CADM e o Centro Africano de Recursos Naturais do BAD em matéria de recursos não renováveis;

- Para definir os critérios de selecção dos Centros de Excelência, os actuais estudos podem ser consultados;
- A criação da PAMUST com Centro de Excelência continua a estar na ordem do dia;

Sobre o CADM:

- O orçamento corrente do CADM deve ser financiado principalmente pelas contribuições dos Estados Partes, complementado pelas contribuições dos parceiros;
- O CADM continua pouco conhecida a nível nacional, particularmente entre o sector privado e a sociedade civil;
- Os participantes na reunião sublinharam a necessidade de os Estados africanos desenvolverem os seus próprios critérios nacionais para as normas de governação no sector extractivo, em vez de estarem sujeitos a iniciativas de transparência externas com um carácter de manipulação;
- A falta de uniformidade dos códigos mineiros e a harmonização dos direitos de utilização (royalties) e outras receitas que fazem com que os países africanos compitam entre si foi levantada como uma questão muito crítica;
- Os participantes na reunião manifestaram a urgência de se criar o CADM para a concretização da VMA, acautelando contra os atrasos e solicitaram à Comissão a explorar vias de acelerar a adopção do Estatuto do CADM pelos Órgãos Deliberativos competentes;
- Foram levantadas preocupações em relação ao lento progresso verificado na criação do CADM no contexto das duras realidades do sector de desenvolvimento mineiro;
- A disparidade nos códigos mineiros entre os países africanos impede que os Estados-membros tenham estratégias comuns relacionadas com o desenvolvimento do sector mineiro;

Análise do Projecto de Estatuto do CADM como Agência Especializada da União Africana

25. Após a análise do projecto de Estatuto que institui o CADM como Agência Especializada da União Africana, os Ministros fizeram os seguintes comentários:

- O acesso aos mercados e o controlo dos mercados devem ser integrados no Estatuto;
- É necessário desenvolver sistemas locais para a governação dos minerais, uma vez que os sistemas actuais não beneficiam os governos africanos;

- A este respeito, a transparência e a responsabilidade mútuas por parte dos investidores e dos governos são essenciais;

Recomendações

26. Os ministros apresentaram os seguintes recomendações:

Sobre a Iniciativa Africana de Serviços Geológicos (AMGI)

- i. A AMGI deve respeitar o princípio da representação geográfica da UA e assegurar o reforço de capacidades nos países não seleccionados até ao momento;
- ii. A Comissão da União Africana deve continuar a coordenar os esforços para negociar um programa sobre a AMGI que possa ser executado pelos Estados-membros da UA, com o apoio do Banco Mundial e outras instituições, em conformidade com as orientações contidas no documento sob título “Recomendações da Reunião Consultiva sobre a AMGI;

Sobre a Institucionalização do Centro Africano de Desenvolvimento Mineiro (CADM)

- i. O projecto de Estatuto foi aprovado com alterações;
- ii. O projecto de Estatuto do CADM deve ser transmitido rapidamente a nível do processo de tomada de decisão da União Africana para adopção;
- iii. O CADM deve ser estabelecido como uma Agência Especializada da União Africana e o seu principal papel será assegurar que os Estados-membros optimizem as receitas dos recursos minerais e também que haja transparência e responsabilidade mútuas por parte das empresas mineiras e dos governos;
- iv. Um estudo sobre os mecanismos de financiamento deve ser efectuado para definir as contribuições estatutárias dos Estados-membros a ser determinado pela Conferência das Partes, tendo em consideração todas as opções, incluindo o tamanho ou a parte do sector mineiro comparativamente ao PIB;
- v. Através de mecanismos de coordenação do CADM, os Estados Partes e os blocos regionais devem trabalhar na harmonização dos seus regimes de direitos de utilização (royalties), fiscais e de incentivo para garantir a posição da negociação colectiva e assegurar que os recursos minerais transformem a vida das comunidades africanas;
- vi. É necessário que os Estados africanos desenvolvam os seus próprios critérios locais para as normas de governação no sector extractivo, em vez de serem vítimas das iniciativas de transparência externa com carácter manipulador;
- vii. A Comissão da UA, as CER e os Estados-membros devem realizar consultas de sensibilização em conjunto com os representantes da indústria mineira,

bem como a sociedade civil e os sindicatos sobre a institucionalização do CADM;

- viii. É essencial aumentar as actividades de sensibilização sobre a VMA e o CADM;
- ix. A Comissão da UA é convidada a definir um roteiro para o rápido estabelecimento do CADM;
- x. Tendo em conta o facto de que a sector mineiro é fundamental para o desenvolvimento, a CUA não deve limitar-se à coordenação, mas trabalhar também nas questões técnicas. A este respeito, uma divisão dos Recursos Minerais deve ser criada na Comissão da UA sob o Departamento do Comércio e Indústria.

Discursos de Encerramento

27. No seu discurso de encerramento, o Ministro das Minas da República do Zimbabwe agradeceu a todos os participantes e felicitou as conclusões da reunião. Manifestou o desejo de ver um compromisso sério para implementar as decisões tomadas.

28. No seu discurso de encerramento, o Ministro das Minas da Zâmbia agradeceu aos delegados pelos debates frutuozos e as recomendações formuladas que são muito importantes para o desenvolvimento de África e a realização da transformação social e económica. Além disso, agradeceu os organizadores pelo êxito nos preparativos e coordenação da reunião. Finalmente agradeceu o presidente da 3ª CAMRMRD pela sua boa liderança na condução da reunião.

29. A Comissária para o Comércio e Indústria agradeceu a todos os participantes pela dedicação demonstrada com vista a promover incansavelmente os esforços continentais com vista a gerir os recursos minerais de África de forma mais sustentável e inclusiva. Embora reconhecendo os progressos registados, admitiu que muito falta por fazer no que diz respeito à execução.

30. O Ministro das Pescas de Moçambique agradeceu aos ministros a honra que lhe foi dada em presidir a reunião e manifestou confiança quanto ao sucesso da via a seguir. Em seguida, declarou a Conferência oficialmente encerrada.

2015

Report of the 1st extraordinary session
of the AU conference of ministers
responsible for mineral resources
development Zambia/Zimbabwe 22 –
26 November 2014

African Union

African Union

<http://archives.au.int/handle/123456789/4653>

Downloaded from African Union Common Repository